



FORMULÁRIO DE CANDIDATURA AO PROCEDIMENTO CONCURSAL

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

Código da publicação do procedimento
na BEP ou Aviso em DR n.º

Código de candidato

A preencher pela entidade empregadora

CARACTERIZAÇÃO DO POSTO DE TRABALHO

Carreira/Categoria

(Ex.: Assistente Operacional / Assistente Técnico / Técnico Superior. Se outra, discriminar qual.)

Área de atividade

CTFP por tempo indeterminado

CTFP a termo resolutivo certo

CTFP a termo resolutivo incerto

1. DADOS PESSOAIS

Nome completo:

Data de nascimento:

 / /

Sexo:

Masculino

Feminino

Nacionalidade:

Nº de Identificação
Fiscal:

Morada:

Código Postal:

 -

Localidade:

Concelho de Residência:

Endereço Eletrónico:

Telefone/Telemóvel:

2. NÍVEL HABILITACIONAL

Assinale o quadrado apropriado:

01 Menos de 4 anos de escolaridade	<input type="checkbox"/>	08 Bacharelato	<input type="checkbox"/>
02 4 anos de escolaridade (1.º ciclo do ensino básico)	<input type="checkbox"/>	09 Licenciatura	<input type="checkbox"/>
03 6 anos de escolaridade (2.º ciclo do ensino básico)	<input type="checkbox"/>	10 Pós-graduação	<input type="checkbox"/>
04 9.º ano (3.º ciclo do ensino básico)	<input type="checkbox"/>	11 Mestrado	<input type="checkbox"/>
05 11.º ano	<input type="checkbox"/>	12 Doutoramento	<input type="checkbox"/>
06 12.º ano (ensino secundário)	<input type="checkbox"/>	13 Curso de Especialização Tecnológica	<input type="checkbox"/>
07 Curso tecnológico /profissional/ outros (nível III)*	<input type="checkbox"/>	14 Habilitação ignorada	<input type="checkbox"/>

* Nível III : Nível de qualificação da formação (c/ equivalência ao ensino secundário)

2.1 Identifique o curso e /ou área de formação:

2.2 Indique quais os cursos de pós-graduação, mestrado ou doutoramento:

3. SITUAÇÃO JURÍDICO/ FUNCIONAL DO TRABALHADOR

3.1 Titular de relação jurídica de emprego público? Sim Não

3.2. Em caso negativo passe diretamente ao ponto 4. deste formulário.

Em caso afirmativo, especifique qual o Vínculo de Emprego Público que detém:

3.2.1 Nomeação	Definitiva	<input type="checkbox"/>
	Transitória a termo resolutivo certo	<input type="checkbox"/>
	Transitória a termo resolutivo incerto	<input type="checkbox"/>
3.2.2 CTFP	Tempo indeterminado	<input type="checkbox"/>
	A termo resolutivo certo	<input type="checkbox"/>
	A termo resolutivo incerto	<input type="checkbox"/>
3.2.3 Situação atual	Em exercício de funções	<input type="checkbox"/>
	Em licença	<input type="checkbox"/>
	Em Situação Mobilidade Especial	<input type="checkbox"/>
	Outra. Qual? _____	<input type="checkbox"/>



3.2.4 Órgão ou serviço onde exerce ou por último exerceu funções:

3.2.5 Carreira e categoria detidas:

3.2.6 Atividade exercida ou que por último exerceu no órgão ou serviço:

3.2.7 Posição remuneratória detida atualmente:

3.2.8 Avaliação de desempenho (últimos três anos):

Ano

Menção quantitativa

Ano

Menção quantitativa

Ano

Menção quantitativa

4. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FUNÇÕES EXERCIDAS

4.1 Funções exercidas, diretamente relacionadas com o posto de trabalho a que se candidata:

Funções	Data	
	Início	Fim

4.2 Outras funções e atividades exercidas:

5. FORMAÇÃO OU EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL SUBSTITUTIVA DO NÍVEL HABILITACIONAL EXIGIDO

5.1 No caso de a publicitação permitir a candidatura sem o grau académico exigido, indique a formação ou experiência profissional substitutiva.

6. OPÇÃO POR MÉTODOS DE SELECÇÃO

Se se encontra a cumprir ou executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadora do(s) posto(s) de trabalho publicitado(s) ou, encontrando-se ao abrigo do Regime de Valorização Profissional, aprovado pela Lei n.º 25/2017, de 30 de maio, as cumpriu ou executou por último, e pretende afastar os métodos de seleção obrigatórios, nos termos do n.º 3 do artigo 36.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, assinale a seguinte declaração::

*“Declaro que afasto os métodos de seleção obrigatórios, **Avaliação curricular e Entrevista de avaliação de competências**, e opto pelos métodos **Prova de conhecimentos e Avaliação psicológica**, nos termos dos n.ºs 3 e 5 do artigo 36º da LTFP.*

7. REQUISITOS DE ADMISSÃO

“Declaro que reúno os requisitos previstos no artigo 17.º, da Lei Geral do Trabalho em funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na atual redação, bem como os constantes no Aviso de Abertura do Procedimento Concursal”.

Sim

Não

8. DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO (artigos 7.º e 13.º do Regulamento Geral de Proteção de Dados)

*“Declaro que, nos termos dos artigos 7.º e 13.º do Regulamento Geral de Proteção de Dados (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril (RGPD)), me encontro devidamente informada/o e, por consequência, **presto o meu consentimento livre, esclarecido e inequívoco à Junta de Freguesia de Vila Nova para tratar os meus dados pessoais contidos no formulário de candidatura e no Curriculum Vitae no âmbito do procedimento concursal a que me candidato, com a estrita finalidade de recolha e integração na base de dados do procedimento e durante o período de tempo definido na lei.**”*

Sim

Não

9. NECESSIDADES ESPECIAIS

9.1 Caso lhe tenha sido reconhecido, legalmente, algum grau de incapacidade, indique o grau de incapacidade que lhe foi reconhecido e o tipo de deficiência, bem como se necessita de meios / condições especiais para a realização dos métodos de seleção.

10. DECLARAÇÃO

“Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea g), n.º 1 do artigo 13.º da Portaria n.º233/2022 de 09 de setembro, declaro que são verdadeiras as informações acima prestadas.”

DOCUMENTOS QUE ANEXA À CANDIDATURA:

Currículo

Outros:

Certificado de Habilitações

Comprovativos de Formação
(Quantidade____)

Declaração comprovativa de
Vínculo à Função Pública (de
acordo com o aviso de abertura
do Procedimento Concursal) (*)

Declaração comprovativa de
que se encontra ao abrigo do
Regime de Valorização Profissional

Comprovativos de Requisitos
Especiais (Quantidade____)

(*) Declaração que identifique e o vínculo de emprego público detido, quando exista, bem como da carreira e categoria de que seja titular, da posição remuneratória que detém nessa data, da atividade que executa e do órgão ou serviço onde exerce funções.

11. INFORMAÇÃO BÁSICA A PRESTAR AO TITULAR DOS DADOS PESSOAIS (nos termos do artigo 13.º do RGPD com consentimento do titular)

Responsável pelo tratamento: Junta de Freguesia de Vila Nova, pessoa coletiva n.º Contribuinte n.º 509 008 828, com sede na Rua Dr. José Isidoro da Silva, n.º 33 – Vila Nova – 3220-525 Vila Nova MCV, Telefone: 239531505, E-mail: jfvilanova.mcv@gmail.com



Finalidade(s) do tratamento: Tramitação do procedimento concursal de recrutamento, que visa a ocupação de postos de trabalho necessários ao desenvolvimento das atividades e à prossecução dos objetivos do Município de Miranda do Corvo.

Consequências da não disponibilização dos dados: Impossibilidade de concorrer à ocupação do posto de trabalho em causa no procedimento concursal.

Destinatários (com que entidades se podem partilhar os seus dados): Os dados recolhidos para a finalidade acima referida serão utilizados pelos serviços internos do Município, sendo ainda partilhados com entidades externas, nomeadamente, a entidade especializada que procede à avaliação psicológica.

Direitos dos titulares dos dados: Aos titulares dos dados assistem os seguintes direitos: Direito de acesso (artigo 15.º do RGPD); Direito de retificação (artigo 16.º do RGPD); Direito ao apagamento (artigo 17.º do RGPD); Direito à limitação do tratamento (artigo 18.º do RGPD); Direito de oposição (artigo 21.º do RGPD); Direito à portabilidade (artigo 20.º do RGPD); Direito a retirar o seu consentimento; Direito de apresentar reclamações junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD); entre outros.

Prazo de conservação dos dados: Os dados serão conservados durante os prazos definidos por lei.

Consequências da não disponibilização dos dados: Impossibilidade de concorrer à ocupação do posto de trabalho em causa no procedimento concursal.